

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9261 | Salvador, segunda-feira, 23.02.2026

Presidente em exercício Elder Perez

**Ganho real
para a maioria
dos trabalhadores**

Página 2

**Desemprego cai,
renda cresce. O
Brasil avança**

Página 4



SAÚDE MENTAL

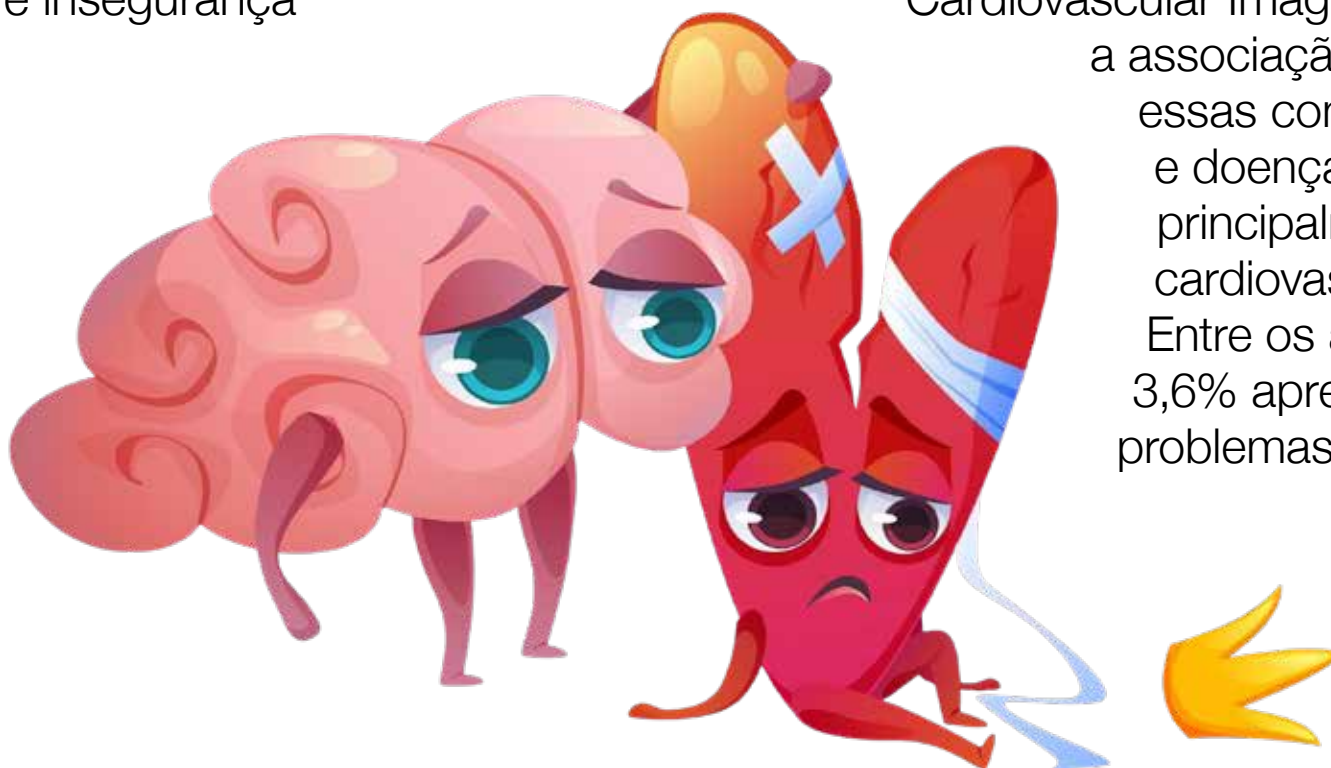
Coração exausto

O ritmo de vida acelerado, as cobranças, a hiperconectividade e ambientes marcados por assédio moral, competição e insegurança

aumentam os casos de depressão e ansiedade. E o impacto vai além do sofrimento psíquico. Estudo publicado na revista Circulation:

Cardiovascular Imaging mostra a associação entre essas condições e doenças físicas, principalmente cardiovasculares. Entre os analisados, 3,6% apresentar problemas cardíacos.

Página 3



Bons indicadores

No ano passado, 77% dos acordos coletivos tiveram reajuste real

CAIO RIBEIRO
imprensa@bancariosbahia.org.br

OS RESULTADOS das campanhas salariais do ano passado, 77% dos acordos coletivos de trabalho foram fechados com

reajuste acima da inflação, dão fôlego aos bancários, que se preparam para sentar à mesa com os bancos e renovar o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) no segundo semestre deste ano.

Foram analisados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) 21 mil negociações. Dessas, 14% repuseram a inflação baseada no INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), e apenas 8% ficaram abaixo, man-

tendo a tendência de ganhos reais para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O aumento real médio foi cerca de 0,87%. A análise por setor aponta que os segmentos da indústria e do comércio tiveram um desempenho mais robusto, com quase 80% dos reajustes acima da inflação, seguidos pelo setor de serviços.



Fabiana Uehara no CA Caixa

O SINDICATO dos Bancários da Bahia apoia a candidatura de Fabiana Uehara para o Conselho de Administração da Caixa. A eleição acontece entre os dias 4 e 6 de março. A votação é eletrônica pelo sistema interno do banco.

Para o SBBA, a representação dos empregados no Conselho é estratégica para garantir que as decisões tomadas no mais alto nível da governança sejam assertivas. O órgão é responsável por deliberar sobre temas que impactam a organização do trabalho, políticas de pessoal, abertura e fechamento de unidades e diretrizes institucionais.

Entre os principais pontos defendidos estão a melhoria das condições de trabalho, o enfrentamento da sobrecarga e das metas abusivas, a defesa da Saúde Caixa, a valorização dos empregados e a preservação da Caixa 100% pública. A participação é fundamental.

Negociação coletiva assegura direitos

APESAR do discurso dos empresários, que tentam demonizar os sindicatos, afinal, respeitar e valorizar o trabalhador não são o forte dos patrões, a história mostra que direito não cai do céu. É fruto da negociação coletiva para defender emprego, salário e proteção.

Assegurada no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), após luta organizada do movimento sindical e dos trabalhadores, a negociação coletiva teve origem na Declaração de Filadelfia da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1944. Em 1949, se tornou a Convenção 98, ratificada pelo Brasil em 1952.

Segundo a CLT, são dois modelos de negociação coletiva para os trabalhadores formais. O ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) e a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

A categoria foi a primeira, em 26 de outubro de 1992, a assinar CCT com validade nacional para diferentes empresas privadas. Com o documento, os bancários passaram a



Famílias na rua, para garantir direitos que mudariam destinos para a categoria. Vitória do trabalhador

ter política de reajustes, PLR, além de auxílios alimentação, refeição, transporte e saúde, licença-maternidade, conquistas que só existiram pela luta do trabalhador.

Mas, a negociação coletiva encontrou

uma pedra no caminho: a reforma trabalhista aprovada pelo governo Temer em 2017, que acabou com a ultratividade. Ou seja, suprimiu a garantia de manutenção dos direitos até a assinatura de um novo acordo.



Trabalho custa a saúde para milhões

DIANTE do problema estrutural ligado à organização do trabalho no país, em que o empregado é explorado e tem os direitos desrespeitados, cresce o número de trabalhadores que precisaram se afastar por transtornos mentais. Já são mais de 2 mil profissões atingidas. Encabeçam o ranking ocupações como vendedor do comércio varejista, faxineiro e auxiliar de escritório.

No topo da lista feita pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em parceria com o MPT (Ministério Público do Trabalho), estão justamente as profissões com menor poder de negociação, menos margem para reorganizar a própria rotina e maior dependência do trabalho contínuo para garantir a renda.

Os afastamentos também geram impacto financeiro. Apesar de o INSS não informar o valor exato gasto com licenças por saúde mental, os dados indicam que os trabalhadores ficaram afastados, em média, por três meses, recebendo aproximadamente R\$ 2.500,00 por benefício. Com base nisto, o custo estimado pode ter chegado a quase R\$ 4 bilhões em 2025.

As mulheres são maioria entre as licenças e representam quase 63% do total de afastamentos, com valor médio do benefício de R\$ 2.482,91, enquanto os homens recebem, em média, R\$ 2.515,58. Em ambos os casos, a doença mais comum é a ansiedade.

Mente pressionada. E coração em risco

Pessoas em sofrimento psíquico têm mais risco de sofrer infarto e AVC

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **SER** humano está cansado, exausto, sobrecarregado e permanentemente pressionado a produzir mais, render mais e performar melhor. O esgotamento virou regra e engana-se quem pensa que é restrito à mente. Está também no coração.

Estudo publicado na revista *Circulation: Cardiovascular Imaging* reforça algo que a prática clínica sinaliza há algum tempo. A depressão e a ansiedade, além de acompanharem

o sofrimento cotidiano, aumentam de maneira significativa o risco de infarto.

A pesquisa analisou dados de mais de 85 mil participantes do Mass General Brigham Biobank, por pouco mais de três anos. No período, cerca de 3,6% dos voluntários sofreram eventos adversos, como infarto e AVC (Acidente Vascular Cerebral). O risco foi maior entre pessoas com depressão, principalmente quando o quadro estava associado à ansiedade.

Mais do que reforçar uma associação já conhecida, o estudo aponta que o impacto não se explica apenas por estilo de vida. Há mecanismos biológicos envolvidos: alterações hormonais, processos inflamatórios

e desregulação do sistema de resposta ao estresse que afetam diretamente o funcionamento cardiovascular.

Os dados são elucidativos. Mas, é preciso entender o contexto em que se inserem. O modelo de organização social que naturaliza a competição permanente, o consumo como medida de valor e a responsabilização individual por falhas muitas vezes estruturais.

A precarização do ambiente de trabalho, a deterioração das relações e o enfraquecimento dos vínculos coletivos produzem sofrimento psíquico e agora, com ainda mais evidências, dano orgânico.

Tecnologia sem opressão

NO MOMENTO em que o multilateralismo recua, o mundo assiste o avanço tecnológico e fica mais evidente a necessidade do debate responsável sobre a soberania digital. Inovação, de forma nenhuma, pode ser uma ferramenta de opressão.

A posição do presidente Lula, de que a tecnologia carrega um grande dilema ético e político da Quarta Revolução Industrial, corrobora com a defesa do Brasil, de uma governança que reconheça a diversidade de trajetórias nacionais e garanta que a inteligência artificial fortaleça a democracia, a coesão social e a soberania dos países.

Enquanto há avanços no ramo da tecnologia, também persiste um abismo digital. De acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações, 2,6 bilhões de pessoas permanecem fora do universo conectado, o que amplia o risco de exclusão diante do crescimento da IA.

Além disto, a discussão sobre dominação, como é o caso das big techs, é premente. Hoje um seleto grupo tem controle dos algoritmos e infraestruturas digitais. É um modelo negócio baseado na exploração de dados pessoais, de renúncia do direito à privacidade e da monetização

de conteúdos que amplificam a radicalização política. O regime de governança destas empresas define quem participa, quem é explorado e quem ficará à margem do processo. Dominação total.



Menor índice de desempregados

Taxa caiu em 19 estados
E no Distrito Federal. A
média nacional foi 5,6%

ITANA OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **ESFORÇO** da democracia social resultou em avanços concretos na economia e no emprego. Em 2025, o Brasil registrou a menor taxa de pessoas desempregadas da série histórica iniciada em 2012, com 5,6%, segundo a Pnad Contínua do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta sexta-feira (20/02).



Com o povo empregado, a democracia social ganha força. Avanço popular

Entre os estados com menor desocupação estão Mato Grosso (2,2%), Santa Catarina (2,3%), Mato Grosso do Sul (3%) e Espírito Santo (3,3%). O

índice também caiu no Norte e Nordeste, embora com menos intensidade. Tocantins (4,7%), Paraíba (6%) e Ceará

(6,5%) foram os destaques. A Bahia fechou o ano com taxa de 8,7%.

A queda do desemprego vem ocorrendo desde 2023, com o retorno de Lula à presidência, e a retomada do crescimento econômico, ampliação da renda, abertura de vagas e políticas de valorização salarial e proteção social.

No entanto, apesar do avanço, as desigualdades regionais e a informalidade ainda são um desafio para o país, mostrando que o progresso no emprego convive com problemas estruturais históricos.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

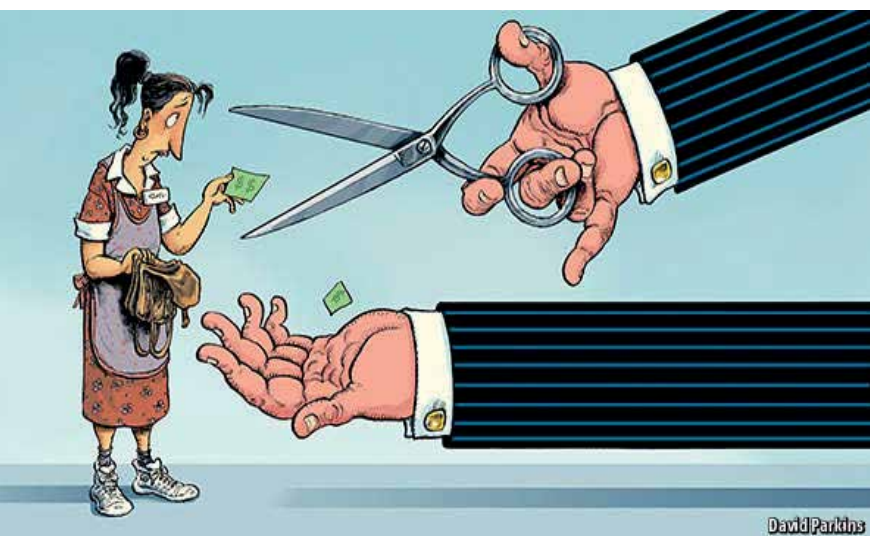
COM INTELIGÊNCIA Com alguns dos principais líderes presos por tentativa de golpe de Estado, inferiorizada na corrida presidencial e as fake news desmascaradas, tudo que a extrema direita quer neste momento é fomentar intrigas entre os ministros do STF, hoje, indiscutivelmente, a principal sustentação da democracia no Brasil. O momento requer inteligência e unidade do campo progressista.

BAQUES FORTES A eleição geral deste ano é decisiva para a batalha que a civilidade trava contra a barbárie, intensificada a partir da criminosa Lava Jato. Se Lula for reeleito e a maioria reacionária no Congresso reduzida, a democracia social ganha mais força, se consolida e a tendência é o atrofiamento da extrema direita. Serão dois fortes baques no projeto ultraliberal bolsonarista. Amém.

SÚCIA TELEGUADA Se o TSE cumprir a lei, não acolhe o recurso da oposição para que seja considerado adiantamento de campanha eleitoral a homenagem da Acadêmicos de Niterói ao presidente Lula, no Carnaval do Rio. A legislação é clara, não houve pedido de voto para o homenageado. Apenas a exibição de fatos históricos. A intenção da extrema direita é atizar a súcia teleguiada.

LIVRE ESCOLHA Duas expressões para bem enquadrar a inveja bolsonarista pelo fato de Lula ter sido homenageado por uma escola de samba: dor de cotovelo ou dor de corno. Escolha livre. Pois é, no Carnaval, enquanto Bolsonaro desmanchava na Papudinha, o presidente fazia sucesso no Rio e em Salvador, onde foi ovacionado pelos foliões do BaianaSystem, sábado, no Campo Grande.

PRECISA DESENHAR? Os que condenam o STF por investigar funcionários da Receita Federal que vazavam dados sigilosos de autoridades para fins políticos e eleitorais são os mesmos que negam a tentativa de golpe de Estado liderada por Bolsonaro, querem anistia para golpistas, não aceitam o fim da escala 6x1, resistiram à isenção de IR para até R\$ 5 mil/mês e não admitem taxar os super-ricos.



David Parkins

Sem valorização, mínimo seria de R\$ 852,00, só

SEM a política de valorização implementada por Lula, que estabelece reajustes acima da inflação, o salário mínimo hoje seria de apenas R\$ 852,00. A afirmação é do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ao destacar a importância da retomada da política que garante ganho real aos trabalhadores.

Durante evento que marcou os 90 anos do mínimo, o ministro ressaltou que a medida é fundamental para a distribuição de renda e para o fortalecimento da economia, já que o piso nacional

impacta diretamente milhões de brasileiros.

Marinho também defendeu a ampliação de direitos diante das novas formas de precarização, reforçando que a valorização do salário e a proteção ao trabalho seguem como desafios centrais para o país.

A política de aumento real do mínimo, além de proteger o poder de compra, movimenta o comércio, fortalece os municípios e contribui para reduzir desigualdades, reafirmando o papel do Estado na promoção de justiça social.